

282. PL 48/04, do Executivo
Aprova plano de alargamento e abertura de via nos Distritos de Carrão, Aricanduva e Vila Formosa, Subprefeitura de Aricanduva/Formosa/Carrão. (EM REGIME DE URGÊNCIA)
Fase da discussão: 1º

283. PL 49/04, do Executivo
Aprova plano de complementação do Complexo Viário da Ponte Cidade Jardim no Distrito do Morumbi, Subprefeitura do Butantã. (EM REGIME DE URGÊNCIA)
Fase da discussão: 1º

284. PL 94/04, do Executivo
Autoriza a celebração de consórcio com municípios do Estado de São Paulo, objetivando o atendimento às mulheres vítimas de violência, na forma que especifica. (EM REGIME DE URGÊNCIA)
Fase da discussão: 1º
Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

285. PL 95/04, do Executivo
Aprova traçado de faixa sanitária no Distrito de São Mateus, Subprefeitura de São Mateus. (EM REGIME DE URGÊNCIA)
Fase da discussão: 1º

286. PL 109/04, do Executivo
Aprova melhoramentos na Avenida Santo Amaro, desde a Avenida Presidente Juscelino Kubischek até a Avenida dos Bandeirantes. (EM REGIME DE URGÊNCIA)
Fase da discussão: 1º

287. PL 384/04, do Executivo
Cria a Unidade de Conservação - Área de Proteção Ambiental Municipal Bororé-Itaim. (EM REGIME DE URGÊNCIA)
Fase da discussão: 1º
Aprovação mediante voto favorável de 3/5 dos membros da Câmara.

288. PL 451/04, do Executivo
Dispõe sobre aquisição de área destinada à implantação de Unidade de Proteção Integral, na Subprefeitura de Parelheiros. (EM REGIME DE URGÊNCIA)
Fase da discussão: 1º
Aprovação mediante voto favorável de 3/5 dos membros da Câmara.

289. PL 253/05, do Executivo
Cria o Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL. (EM REGIME DE URGÊNCIA)
Fase da discussão: 2º
Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

290. PL 318/05, do Executivo
Dispõe sobre a qualificação de entidades sem fins lucrativos como organizações sociais. (EM REGIME DE URGÊNCIA)
Fase da discussão: 1º
Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

291. PL 319/05, do Executivo
Cria a Corregedoria Geral do Município na Prefeitura do Município de São Paulo. (EM REGIME DE URGÊNCIA)
Fase da discussão: 1º
Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.
HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

292. PL 388/05, do Executivo
Institui o Programa de Parcelamento Incentivado - PPI no Município de São Paulo. (EM REGIME DE URGÊNCIA)
Fase da discussão: 2º
Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

293. Discussão e votação únicas do Parecer do TCM rejeitando as condições de segurança no Parque Anhembi (DOCREC-51/93), bem como de seus equipamentos e veículos, sugerindo a responsabilização dos agentes públicos envolvidos. Há Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sugerindo que o Plenário delibere sobre a sustação do ato.

294. Discussão e votação únicas do Parecer do TCM sugerindo e aceitação de denúncia da utilização irregular de próprio município pela Secretaria Municipal de Esportes no Pq. S. Lucas, determinando prazo de 30 dias para que se casse permissão dada ao C.C.M. Três Alianças (DOCREC-166/93). Há Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sugerindo deliberação do Plenário quanto à oficiar ao TCM e ao Executivo.

295. Discussão e votação únicas do DOCREC-443/93, do TCM, que encaminhou os Relatórios de Atividades referentes ao 3o. trimestre de 1993, do próprio Tribunal, conforme Parecer da Comissão de Justiça sugerindo deliberação do Plenário. A Comissão de Finanças e Orçamento não se manifestou (art. 64 do R.I.).

296. Discussão e votação únicas do Parecer do TCM sobre irregularidades havidas na CET-Cia. de Engenharia de Tráfego (DOCREC-509/93). Há Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sugerindo dar conhecimento aos Srs. Vereadores e depois arquivar.

297. Discussão e votação únicas do Parecer do TCM sobre ajustes lavrados pela Secretaria Municipal do Bem Estar Social, no período de 01/09/93 a 31/10/93, sugerindo inclusão de Cláusulas em todos os Convênios vigentes nesta pasta (DOCREC-519/93). Há Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sugerindo deliberação do Plenário.

298. Discussão e votação únicas do Parecer do TCM sugerindo o arquivamento do processo que trata dos contratos de empréstimos de obras de infra-estrutura e equipamentos comunitários em 20 conjuntos Habitacionais da COHAB-SP com a Caixa Econômica Federal. (DOCREC-399/93)

Há Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sugerindo arquivamento.

299. Discussão e votação únicas do Parecer do TCM sobre improcedência da denúncia de irregularidades em edital de concorrência pública para coleta de lixo (DOCREC-416/93), sugerindo o arquivamento do mesmo.

Há Parecer da Comissão de Justiça sugerindo dar conhecimento aos Srs. Vereadores e depois arquivar.

300. Discussão e votação únicas do Recurso nº 69/02 do Vereador Augusto Campos e demais Vereadores Membros da Comissão Extraordinária Permanente do Idoso, contra decisão do Presidente que não autorizou a designação dessa Comissão para analisar os Projetos de Leis nºs 179, 180 e 181/2002.

Há Parecer da Comissão de Constituição e Justiça opinando pelo improvimento do Recurso.

301. Discussão e votação únicas do Recurso nº 29/02 do Vereador Gilberto Natalini (PSDB), contra decisão do Presidente que indeferiu o pedido pela ordem de verificação de presença durante o processo de encaminhamento de votação, na 134ª Sessão Extraordinária.

Há Parecer da Comissão de Constituição e Justiça opinando pelo improvimento do Recurso.

302. Discussão e votação únicas do Recurso interposto pelo Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr. (PSDB) da decisão do Presidente que restituiu o PL 326/02 ao autor na forma do art. 212, inciso IV, do Regimento Interno.

Há Parecer da Comissão de Constituição e Justiça opinando pelo provimento do Recurso.

303. Discussão e votação únicas do Recurso interposto pelo Vereador Claudio Fonseca da decisão do Presidente que restituiu o PL 443/02 ao autor na forma do art. 212, inciso IV, do Regimento Interno.

Há Parecer da Comissão de Constituição e Justiça opinando pela manutenção da decisão de restituição.

30ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 14ª LEGISLATURA, 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, A SER REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2005, APOS A 80ª SESSÃO ORDINÁRIA.

ORDEM DO DIA:

1. PL 319/05, do Executivo
Cria a Corregedoria Geral do Município na Prefeitura do Município de São Paulo. (EM REGIME DE URGÊNCIA)
Fase da discussão: 1º
Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

2. PL 263/05, do Executivo
Confere nova redação ao § 4º do artigo 77 da Lei nº 11.229, de 26 de junho de 1992. (Referente ao acúmulo de cargos pelos profissionais do Ensino Municipal.)
Fase da discussão: 1º
Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

3. PL 451/04, do Executivo
Dispõe sobre aquisição de área destinada à implantação de Unidade de Proteção Integral, na Subprefeitura de Parelheiros. (EM REGIME DE URGÊNCIA)
Fase da discussão: 1º
Aprovação mediante voto favorável de 3/5 dos membros da Câmara.

4. PL 469/05, do Executivo
Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Catavento. (EM REGIME DE URGÊNCIA)
Fase da discussão: 1º
Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

5. PL 253/05, do Executivo
Cria o Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL. (EM REGIME DE URGÊNCIA)
Fase da discussão: 1º
Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

6. PL 428/04, do Executivo
Autoriza o Poder Executivo a receber em doação imóveis destinados ao “Programa de Regularização e Urbanização do Complexo Paraisópolis”, bem como a conceder remissão de créditos tributários e anistia a multas incidentes sobre tais imóveis, nos termos e condições que especifica.
Fase da discussão: 1º
Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

7. PL 367/02, do Vereador Paulo Frange (PTB)
Dispõe sobre o uso obrigatório de coletes infláveis de proteção (coletes “ Airbag”) para os condutores de motocicletas e veículos similares no Município de São Paulo.
Fase da discussão: 2º

8. PL 387/02, da Bancada do PTB
Dispõe sobre a comercialização de produtos em mercados, supermercados e hipermercados e grandes redes.
Fase da discussão: 1º
Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.
HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE FINANÇAS.

9. PL 684/02, da Vereadora Myryam Athie (PPS)
Implanta o Serviço de Cirurgia Cardíaca no Hospital Municipal Dr. Cármino Caricchio (Hospital Municipal do Tatuapé).
Fase da discussão: 2º
Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

10. PL 99/04, do Vereador Celso Jatene (PTB)
Dispõe sobre a criação dos Clubes da Terceira Idade no âmbito do Município de São Paulo.
Fase da discussão: 1º
Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

11. PL 312/04, dos Vereadores Lucila Pizani Gonçalves e Beto Custódio (PT)
Dispõe sobre a criação do Programa de Informação sobre demanda por acesso e permanência de crianças, jovens e adultos na rede municipal de ensino publico.
Fase da discussão: 2º
Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

12. PL 419/04, do Vereador Wadih Mutran (PP)
Institui normas sobre a instalação de telefones comerciais e residenciais no Município de São Paulo.
Fase da discussão: 2º

13. PL 130/05, do Vereador Jorge Tadeu (PMDB)
Dispõe sobre a instalação de sinal sonoro a ser instalado nos semáforos do Município.
Fase da discussão: 1º

14. PL 143/05, do Vereador Claudio Prado (PDT)
Dispõe sobre a instalação de equipamentos especialmente desenvolvidos para crianças portadoras de necessidades especiais, nas praças e parques municipais da Capital.
Fase da discussão: 1º
Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

15. PL 144/05, do Vereador Adilson Amadeu (PTB)
Cria, a obrigatoriedade da utilização de ascensoristas em edifícios e condomínios comerciais na cidade de São Paulo.
Fase da discussão: 1º

16. PL 201/05, do Vereador José Police Neto (Netinho) (PSDB)
Institui o Regime de Promoção à Adimplência Tributária.
Fase da discussão: 1º
Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

17. PL 248/05, do Vereador Toninho Paiva (PL)
Dispõe sobre entrega do Estatuto da Criança e Adolescente - ECA no ato da matrícula nas Escolas de Rede Municipal de Ensino.
Fase da discussão: 2º
Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

18. PL 299/05, do Vereador José Ferreira (Zelão) (PT)
Dispõe sobre a divisão geográfica dos distritos de Itaim Paulista, Jardim Helena, Vila Curuçá e Lajeado do Município de São Paulo, altera limites territoriais das subprefeituras de Itaim Paulista, de São Miguel.
Fase da discussão: 2º
Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

19. PL 313/05, do Vereador Ushitaro Kamia (PFL)
Institui o “Mês da Saúde Preventiva da Obesidade Infantil”, no âmbito do Município de São Paulo.
Fase da discussão: 1º
Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

20. PL 361/05, do Vereador William Woo (PSDB)
Dispõe sobre a criação de pólos de lazer e comércio 24 horas no Município de São Paulo.
Fase da discussão: 2º
Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

21. PL 372/05, do Vereador Russomano (PP)
Dispõe sobre o tempo máximo de espera para atendimento de usuários nos caixas de supermercados, hipermercados e estabelecimentos congêneres instalados no Município de São Paulo.
Fase da discussão: 1º

22. PL 382/05, dos Vereadores Soninha e Paulo Teixeira (PT)
Cria o Conselho Municipal de Inclusão Digital e os Conselhos Gestores dos Telecentros.
Fase da discussão: 1º

23. PL 390/05, do Vereador Mário Dias (PTB)
Dispõe sobre incentivo fiscal para as pessoas jurídicas domiciliadas no Município de São Paulo na qualidade de empregadores, visando a inserção de idosos e jovens aprendizes de 14 a 17 anos no mercado de trabalho.
Fase da discussão: 1º
Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

24. PL 460/05, do Vereador Farhat (PTB)
Dispõe sobre a regulamentação para prática de esporte de aventura ou radicais no Município de São Paulo.
Fase da discussão: 1º

25. PL 472/05, do Vereador Jorge Borges (PP)
Dispõe sobre as medidas obrigatórias a serem adotadas quando da desativação de edificações que especifica e de elevadores.
Fase da discussão: 1º

26. PL 475/05, da Vereadora Soninha (PT)
Institui, no Município de São Paulo, o Programa “Educação Comunitária”.
Fase da discussão: 2º
Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

27. PL 485/05, da Vereadora Lenice Lemos (PFL)
Dispõe sobre a criação do “Plano Municipal de Desenvolvimento Energético Integrado” - PMDEI e do “Fundo Municipal de Energia Alternativa” no Município de São Paulo.
Fase da discussão: 1º
Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.
HÁ SUBSTITUTIVO DA AUTORA.

28. PL 489/05, do Vereador Domingos Dissei (PFL)
Dispõe sobre o “check-up” das edificações no âmbito do Município de São Paulo.
Fase da discussão: 1º

29. PL 496/05, do Vereador Ricardo Montoro (PSDB)
Dispõe sobre a veiculação de mensagem de cunho sócio-educativo no sistema de transporte público, no Município de São Paulo.
Fase da discussão: 2º
Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

30. PL 519/05, do Vereador Aurélio Miguel (PL)
Inclui o § 3º no art. 2º da Lei nº 10.819, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências. (Envio obrigatório ao contri-buinte de formulário para atualização anual do Cadastro Imobiliário Fiscal relativo ao IPTU).
Fase da votação: 2º do SUBSTITUTIVO DAS COMISSÕES REUNIDAS (DISCUSSÃO ENCERRADA)
Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.
HÁ SUBSTITUTIVO DO AUTOR.

31. PL 525/05, do Vereador Tião Farias (PSDB)
Dispõe sobre a passagem de crianças pela catraca nos veículos do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na Cidade de São Paulo.
Fase da discussão: 2º do SUBSTITUTIVO DAS COMISSÕES REUNIDAS.

32. PR 17/05, dos Vereadores Paulo Fiorilo (PT) e Adilson Amadeu (PTB)
Cria a Frente Parlamentar em Defesa da Zona Leste da Cidade de São Paulo.
Discussão e votação únicas.
Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.
HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

33. PDL 66/05, do Vereador Wadih Mutran (PP)
Dispõe sobre a outorga de “Título de Cidadão Paulistano” ao Sr. Urubatan Helou.
Discussão e votação únicas.
Aprovação mediante voto favorável de 2/3 dos membros da Câmara.

34. PDL 67/05, do Vereador Wadih Mutran (PP)
Dispõe sobre a outorga de Título de Cidadão Paulistano ao Sr. Alcides Manoel dos Reis (Pai Cido de Oxum Eyin).
Discussão e votação únicas.
Aprovação mediante voto favorável de 2/3 dos membros da Câmara.

35. PDL 69/05, do Vereador Donato (PT)
Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadão Paulistano ao Padre João Batista de Carvalho.
Discussão e votação únicas.
Aprovação mediante voto favorável de 2/3 dos membros da Câmara.

36. PDL 71/05, do Vereador Carlos Giannazi (PT)
Concede a Luiz Alves Junior, o Título de “Cidadão Paulistano”.
Discussão e votação únicas.
Aprovação mediante voto favorável de 2/3 dos membros da Câmara.

37. PDL 76/05, do Vereador William Woo (PSDB)
Dispõe sobre a outorga do Título de Cidadão Paulistano ao Sr. Carlos Henrique Mund.
Discussão e votação únicas.
Aprovação mediante voto favorável de 2/3 dos membros da Câmara.

38. PDL 81/05, do Vereador Jorge Tadeu (PMDB)
Concede o Título de Cidadão Paulistano ao Pastor Jayme de Amorim Campos.
Discussão e votação únicas.
Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

39. PDL 84/05, do Vereador Paulo Frange (PTB)
Concede o Título de Cidadão Paulistano ao Senhor Professor Dr. Nadir Zacarias.
Discussão e votação únicas.
Aprovação mediante voto favorável de 2/3 dos membros da Câmara.

40. PDL 86/05, do Vereador Carlos Alberto Bezerra Jr. (PSDB)
Dispõe sobre a outorga de Título de Cidadão Paulistano ao Escritor e Educador Rubem Alves.
Discussão e votação únicas.
Aprovação mediante voto favorável de 2/3 dos membros da Câmara.

41. PDL 95/05, do Vereador Quito Formiga (PPS)
Concede a Medalha Anchieta e o Diploma de Gratidão da Cidade de São Paulo ao Serviço Social Perseverança.
Discussão e votação únicas.
Aprovação mediante voto favorável de 2/3 dos membros da Câmara.

31ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 14ª LEGISLATURA, 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, A SER REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2005, APOS A 30ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

Serão mantidos os itens remanescentes da Pauta da 30ª Sessão Extraordinária.

32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 14ª LEGISLATURA, 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, A SER REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2005, APOS A 31ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

Serão mantidos os itens remanescentes da Pauta da 31ª Sessão Extraordinária.

SUPERVISÃO DE FINALIZAÇÃO DO PROCESSO LEGISLATIVO - SGP-23

LEI 14.050 DE 06 DE SETEMBRO DE 2005 (PROJETO DE LEI 263/04) (VEREADOR ANTONIO CARLOS RODRIGUES - PL)

Institui o Dia da Festa de São Patricio, a ser comemorado, anualmente, no dia 17 de março, e dá outras providências.

Roberto Tripoli, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal de São Paulo, de acordo com o § 7º do artigo 42 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de São Paulo, o Dia da Festa de São Patricio, a ser comemorado, anualmente, no dia 17 de março.

Parágrafo único. O dia ora instituído passará a constar do Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Câmara Municipal de São Paulo, 08 de setembro de 2005.

O Presidente, Roberto Tripoli
Publicada na Secretaria Geral Parlamentar da Câmara Municipal de São Paulo, em 08 de setembro de 2005.

O Secretário Geral Parlamentar, Breno Gandelman

LEI 14.051 DE 06 DE SETEMBRO DE 2005 (PROJETO DE LEI 502/04) (VEREADOR CELSO JATENE - PTB)

Altera a redação do art. 1º da Lei Municipal nº 13.640, de 08 de setembro de 2003, e dá outras providências.

Roberto Tripoli, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal de São Paulo, de acordo com o § 7º do artigo 42 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, promulga a seguinte lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei Municipal nº 13.640, de 08 de setembro de 2003, que instituiu o Dia do Massoterapeuta, passa a vigorar com a seguinte redação:
“Art. 1º Fica instituído, no Município de São Paulo, o Dia do Massoterapeuta, a ser comemorado, anualmente, no dia 23 de março.”

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Câmara Municipal de São Paulo, 08 de setembro de 2005.

O Presidente, Roberto Tripoli
Publicada na Secretaria Geral Parlamentar da Câmara Municipal de São Paulo, em 08 de setembro de 2005.

O Secretário Geral Parlamentar, Breno Gandelman

LEI 14.052 DE 06 DE SETEMBRO DE 2005 (PROJETO DE LEI 640/03) (VEREADOR EDIVALDO ESTIMA - PPS)

Institui o Dia Municipal do Coletor de Material Reciclável.

Roberto Tripoli, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal de São Paulo, de acordo com o § 7º do artigo 42 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o dia 21 de setembro de cada ano como o Dia Municipal do Coletor de Material Reciclável.

Art. 2º O Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 3º As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Câmara Municipal de São Paulo, 08 de setembro de 2005.

O Presidente, Roberto Tripoli
Publicada na Secretaria Geral Parlamentar da Câmara Municipal de São Paulo, em 08 de setembro de 2005.

O Secretário Geral Parlamentar, Breno Gandelman

LEI 14.053 DE 06 DE SETEMBRO DE 2005 (PROJETO DE LEI 843/2003) (VEREADORA CLAUDETE ALVES - PT)

Institui o Dia Municipal de Combate à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes e dá outras providências.

Roberto Tripoli, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal de São Paulo, de acordo com o § 7º do artigo 42 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o dia 18 de maio como o Dia Municipal de Combate à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Parágrafo único. O dia ora instituído passará a constar do Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município.

Art. 2º A data de que trata o art. 1º desta lei poderá contar com programação organizada conjuntamente pela Prefeitura do Município, Câmara Municipal, Poder Judiciário, Procuradoria Geral de Justiça, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e organizações da sociedade civil.
Art. 3º O Poder Executivo Municipal, em conjunto com as organizações da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, envidará esforços para, anualmente, no dia 18 de maio, promover ampla campanha de conscientização e combate à violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, por meio dos principais veículos de comunicação.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios e parcerias com os governos federal e estadual, instituições privadas, fundações, organizações governamentais ou não-governamentais, visando à plena execução da Campanha de Combate à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Câmara Municipal de São Paulo, 08 de setembro de 2005.

O Presidente, Roberto Tripoli
Publicada na Secretaria Geral Parlamentar da Câmara Municipal de São Paulo, em 08 de setembro de 2005.

O Secretário Geral Parlamentar, Breno Gandelman